



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 09/2018

Período: 31/03/2018 – 06/04/2018

GEDES – UNESP

- 1- Periódicos apontaram aumento do uso de militares em atividades eleitorais
- 2- Presença de militares em órgãos de segurança pública aumentou
- 3- Colunista analisou condições para intervenção militar
- 4- Documentos inéditos do Superior Tribunal Militar foram disponibilizados
- 5- Venda da Embraer foi discutida na Comissão de Direitos Humanos do Senado
- 6- Periódicos analisam intervenção federal na segurança pública do Rio
- 7- Intervenção federal no Rio recebeu mais homens da Marinha
- 8- General da reserva afirmou possibilidade de intervenção militar
- 9- Declarações de militares sobre o julgamento de Lula geram controvérsias
- 10- FAB auxiliou na realocação de 104 refugiados venezuelanos

1- Periódicos apontaram aumento do uso de militares em atividades eleitorais

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o uso das Forças Armadas durante votações e apurações triplicou desde o ano de 1992. De acordo com os jornais, entre 1992 e 2018, houve 29 ações das Forças Armadas para garantir a segurança do processo eleitoral. Do total de operações, 14 possuíam abrangência nacional. De acordo com os periódicos, especialistas apontaram que a “polarização política” pode constituir uma ameaça durante o período eleitoral. De acordo com o procurador da Justiça Márcio Sérgio Christino, “a presença de tropas federais é importante por seu caráter dissuasório”. (*Correio Braziliense* – Política – 01/04/18; *O Estado de S. Paulo* – Política – 01/04/18)

2- Presença de militares em órgãos de segurança pública aumentou

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, militares das Forças Armadas ocuparam cargos-chave de órgãos de segurança pública desde a década de 2000. Segundo o jornal, “a solução de colocar generais em postos-chaves no combate à violência ocorre há anos, mas ganhou força nos últimos meses”. De acordo com a pesquisadora Fábila Berlatto, a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro pode contribuir para o aumento da presença de integrantes das Forças Armadas em órgãos de segurança pública. “Posso dizer que a intervenção federal no Rio representa uma reconquista de espaço por parte das forças armadas, do Exército”, comentou Berlatto. Em entrevista ao *Correio*, o especialista em segurança pública Jorge Lordello afirmou: “escolheu-se um interventor e resolveu colocar um general do Exército, mas essas pessoas não têm capacitação para lidar com a violência urbana”. Segundo o deputado federal Major Olímpio, o perfil dos militares é

desejável, pois “eles falam pouco, são ponderados, não falam tudo que gostariam de falar a respeito de quem os colocou nessa fria, sem recursos”. (Correio Braziliense – Política – 01/04/18)

3- Colunista analisou condições para intervenção militar

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo afirmou que “estão sendo criadas as condições para uma intervenção militar, que seria aplaudida por parcela expressiva da maioria da população”. O jornalista destacou que, em 2018, as Forças Armadas desfrutam de maior prestígio perante a opinião pública quando comparadas aos representantes políticos. Segundo Azedo, “até agora, em meio à crise ética, os militares estão demonstrando mais compromisso com a Constituição de 1988 do que a maioria dos nossos políticos”. Azedo recordou os 21 anos de regime militar após o golpe realizado na madrugada do dia 01/04/1964. (Correio Braziliense – Política – 01/04/2018)

4- Documentos inéditos do Superior Tribunal Militar foram disponibilizados

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Superior Tribunal Militar (STM) disponibilizou acesso a registros de áudio do julgamento do ex-capitão do Exército e atual deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Entre os anos de 1987 e 1988, Bolsonaro foi julgado sob a acusação de “ter tido conduta irregular e praticado atos que afetam a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”. O deputado federal foi levado à prisão disciplinar em 01/09/1986, por 15 dias, após publicação de um artigo em que requisitou publicamente revisão dos salários de militares. Em 1987, Bolsonaro foi acusado de participação em um plano para implantar explosivos em unidades militares do estado do Rio de Janeiro. Após condenação em primeira instância, o caso foi levado ao STM, onde Bolsonaro foi absolvido por 9 votos a 4. De acordo com *O Estado*, o então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, foi responsável por encaminhar os autos do processo ao STM. (O Estado de S. Paulo – Política – 01/04/18)

5- Venda da Embraer foi discutida na Comissão de Direitos Humanos do Senado

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a venda da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para a Boeing foi discutida na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Conforme o jornal, a audiência pública tinha previsão de início às 15 horas do dia 02/04/18, e foi convocada pelo senador Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores (PT). Foram convidados para participar da discussão representantes do governo federal no Conselho de Administração da empresa, integrantes dos ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia. O pedido da audiência foi feito pelo sindicato dos metalúrgicos, que representa os trabalhadores da companhia aérea das cidades de São José dos Campos, Botucatu e Araraquara. De acordo com o *Correio*, o objetivo foi discutir “os impactos do negócio nos empregos mantidos pela Embraer”. Segundo um executivo da Embraer, o acordo deve ser assinado pelas duas empresas aéreas em abril. (Correio Braziliense – Economia – 02/04/2018)

6- Periódicos analisam intervenção federal na segurança pública do Rio

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, uma pesquisa realizada pelo instituto Ipsos indicou que 75% da população apoia a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto, dois em cada três brasileiros gostariam que a medida fosse adotada em seus estados, sendo que dentre a população da região Norte encontra-se a maior porcentagem de

apoiadores, 80%. O diretor do Ipsos, Danilo Cersosimo, afirmou que o apoio à intervenção na maioria das regiões ocorre por conta do alto índice de criminalidade em todo país. Cersosimo afirmou que as Forças Armadas dispõem de maior confiança em relação a outras instituições: “o Exército nas ruas faz o papel que a polícia não consegue cumprir”. Para o pesquisador do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte, Ivênio Hermes, o apoio à medida é sentimental. De acordo com o periódico, a pesquisa foi realizada em 72 municípios com 1,2 mil pessoas. Em editorial à *Folha de S. Paulo*, o uso das Forças Armadas na intervenção federal na segurança pública na cidade do Rio de Janeiro foi apontada como pouco eficaz. O jornal também afirmou que o uso das Forças em favelas faz com que os militares sejam expostos ao narcotráfico e defendeu que a Força Nacional de Segurança Pública é mais adequada para o combate ao crime organizado e a quadrilhas. O editorial apontou dados de uma pesquisa do Datafolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que analisou a insegurança e medos da população carioca, segundo a qual “nove em cada dez moradores da cidade dizem ter medo de tiroteios, de balas perdidas e de morrer em razão de um assalto. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/04/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 03/04/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/04/18)

7- Intervenção federal no Rio recebeu mais homens da Marinha

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, 50 militares da Marinha foram incorporados, no dia 02/04/18, ao patrulhamento diário das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, os fuzileiros navais devem realizar rondas na zona sul da cidade, enquanto o Exército será empregado nos bairros da zona norte. Assim, chega a 165 o número de militares que estão atuando na patrulha. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 03/04/18)

8- General da reserva afirmou possibilidade de intervenção militar

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o general de Exército da reserva, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, afirmou que, caso o *habeas corpus* do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, fosse concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a instituição estaria “propagando a luta fratricida, em vez de amenizá-la”, e que caso o STF permitisse que Lula se candidate à presidência da República, a intervenção militar seria uma possibilidade. Lessa declarou que “se acontecer tanta rasteira e mudança da lei, aí eu não tenho dúvida de que só resta o recurso à reação armada. Aí é dever da Força Armada restaurar a ordem. Mas não creio que chegaremos lá”. O jornal também afirmou que Lessa pronunciou-se sobre o assunto numa entrevista à Rádio Bandeirantes, na qual defendeu que “vai ter derramamento de sangue, infelizmente é isso que a gente receia” E acrescentou que essa crise “vai ser resolvida na bala”. Lessa também afirmou que as Forças Armadas são democráticas, citando como exemplo a tomada do poder pelos militares em 1964: “eu fiz parte como tenente. Restauramos a democracia no País e impedimos a comunização, e a situação hoje é parecida”. O *Estado* citou também a fala do general Paulo Chagas, pré-candidato ao governo do Distrito Federal: “[se] as Forças Armadas se julgarem na obrigação de agir, haverá muito mais sangue do que o das 60 mil vítimas anuais da violência, porque, dessa vez, somam-se aos interesses globalistas, políticos e ideológicos, os do crime organizado”. Procurado pelo jornal, o STF não se pronunciou sobre o assunto, e o Exército afirmou que as falas de Lessa refletem sua “opinião pessoal”. (O Estado de S. Paulo – Política – 03/04/18)

9- Declarações de militares sobre o julgamento de Lula geram controvérsias

Segundo o publicado pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Correio Braziliense*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, declarou insatisfação com a “impunidade” no julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo os periódicos, o general teria publicado em uma rede social: “asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social, e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. A declaração do general foi bem recebida e defendida por outros generais, assim como pelo Ministério da Defesa. Apesar de a declaração ter afirmado a obediência à Constituição, houve controvérsia e repúdios à fala do general. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o *Correio* e *O Estado*, o presidente da República, Michel Temer, no dia 04/04/18, reuniu-se com líderes do governo no Congresso Nacional e com alguns ministros, dentre eles o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, para achar uma forma de conciliar-se com o comandante e a cúpula do Exército. Temer também fez um discurso em defesa do cumprimento da Constituição e da liberdade de expressão. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, considerou adequado o comentário de Villas Bôas, e disse que a chance de uma intervenção militar no Brasil é “menos um”. Os periódicos informaram que a Procuradoria da República no Distrito Federal pediu, através da Procuradoria-Geral da República (PGR), que o ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, desse explicações sobre os comentários de Villas Bôas. Segundo o procurador da República no Distrito Federal, Ivan Cláudio Marx, o ministro deve ter “ciência e manifestação sobre eventual risco de função interventora das Forças Armadas”. Os presidentiáveis Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), e Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), também apoiaram as declarações do general. Bolsonaro afirmou que a opinião de Villas Bôas “está perfeitamente sintonizada com a população brasileira” e que “o Exército nunca foi intruso na política. Ele sempre foi instrumento da vontade de seu povo”. Para Alckmin a declaração foi legítima, e o general “expressou um sentimento”. Em contrapartida, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do partido Democratas (DEM), disse “o ideal é que os comandantes, respeitado a hierarquia, tivessem um cuidado maior”. Além de Maia, os presidentiáveis Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Guilherme Boulos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Manuela D’Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Marina Silva, do partido Rede Sustentabilidade (Rede), criticaram o enunciado do general. O decano do Superior Tribunal Federal (STF) Celso de Mello respondeu ao comandante no dia 04/04/18, afirmando que “a experiência concreta a que submeteu o Brasil no período de exceção entre 1964 e 1985 constitui para esta e para as próximas gerações marcante advertência que não pode ser ignorada”. Mello afirmou que “as intervenções pretorianas no domínio político e institucional têm representado momentos de grave inflexão no processo de desenvolvimento e consolidação das liberdades fundamentais” e que “o respeito indeclinável à Constituição e às leis da República representam limite inultrapassável que se devem submeter os agentes do Estado, quaisquer que sejam os estamentos a que eles pertencem”. Em editorial, a *Folha* considerou a declaração do general “deplorável”, suscitando “apreensão”, e que devido à “polarização a cercar a decisão do STF” e o “triste histórico de intervenções militares na vida política do país”, as falas do general provocariam reações. De acordo com o jornal, tais declarações dão “margem a novas especulações”. A *Folha* afirmou também que o escrito do general “abre precedente perigoso”, e torna mais difícil “cobrar de seus subordinados da ativa que só se manifestem sobre questões das Forças Armadas e não emitam opinião sobre temas

político-partidários, como determina decreto de 2002”. Clóvis Rossi, colunista da *Folha*, considerou “completamente extemporânea e equivocada” a declaração de Villas Bôas, afirmando que “não se pode ser contra a impunidade em crimes de corrupção [...], e silenciar sobre a impunidade em violações dos direitos humanos”, ao se referir à impunidade dos crimes cometidos por militares durante o regime militar (1964-1985). Na seção de opinião da *Folha*, os colunistas Vladimir Safatle e Hélio Schwartsman também criticaram a declaração do general Villas Bôas, ressaltando como esta representa uma “pressão indevida” ou “chantagem” ao julgamento da Corte Suprema. Colunista e professor da Universidade de São Paulo, Safatle salientou ainda que a afirmação do general deixou claro como as Forças Armadas interferem na configuração política e eleitoral no país. O colunista Schwartsman repreendeu a declaração do oficial, lembrando que tal ato com teor político é inconcebível para um general na ativa, e afirmou que a ação pode ocasionar a mudança do posto do general na ativa para reservista. Para Roberto Godoy, colunista do *O Estado*, “não há uma conspiração militar em evolução no País”, mas a fragilidade das instituições nacionais está preocupando as Forças Armadas. De acordo com o *Estado*, para o ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto, as declarações do general Villas Bôas fugiram do “esquadro constitucional” das Forças. De acordo com Britto “a Constituição, em matéria de preservação da lei e da ordem, diz que as Forças Armadas só poderão agir se convocadas pelos poderes da República”. Britto falou ainda que o general é muito sensato, e que apesar da declaração “ser passível de repúdio”, o conteúdo reforça o compromisso do general com a Constituição. Segundo a *Folha*, para especialistas em direito militar não houve violação do decreto assinado em 2002, que considera “‘transgressão disciplinar’, passível de punição, qualquer manifestação pública, sem autorização, de um militar da ativa sobre assuntos políticos”. Para Dircêo Torrecillas Ramos, professor da Universidade de São Paulo, Villas Bôas “exerceu o direito de liberdade de expressão e, como comandante, pode falar em nome da instituição”. De acordo com Ramos, o general só não poderia se manifestar se vetado por seu superior hierárquico, no caso, o presidente da República. A opinião de Ramos é partilhada pelo promotor de Justiça da cidade de São Paulo, Edson Corrêa Batista, professor de direito militar da Escola Paulista de Direito. De acordo com Batista, a publicação do comandante é subjetiva. Segundo a *Folha* e o *O Estado*, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar, Nivaldo Luiz Rossato, no dia 04/04/18, foi cauteloso ao se manifestar em boletim interno, no qual declarou que “tentar impor nossa vontade ou de outrem é o que menos precisamos neste momento. Seremos sempre um extremo recurso não apenas para a guarda da nossa soberania, como também para mantermos a paz entre irmãos que somos”. O tenente-brigadeiro afirmou ainda que os militares “devem seguir fielmente a Constituição” e não “nos empolgarmos a ponto de colocar nossas convicções pessoais acima daquelas das instituições”. Para o brigadeiro, o julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um momento histórico para o Brasil, que os poderes constituídos sabem “de sua responsabilidade perante a nação” e que “devemos acreditar neles”. Segundo o general da reserva Sebastião Roberto Peternelli Júnior, “a manifestação de Rossato não colidiu com o posicionamento do general Villas Bôas” e “o comandante do Exército só quis mostrar sua discordância com a impunidade”. Outro general da reserva, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, também se manifestou, defendendo que Villas Bôas afirmou o que está “escrito na Constituição”. Para Heleno, as declarações do brigadeiro e do general foram “tranquilas”, e que o problema é que “existe ainda um ranço, uma prevenção contra os militares”, mas que a preocupação do general é pelo fato de que a impunidade na segurança pública afeta o Exército. (Correio Braziliense

– Política – 04/04/2018; Correio Braziliense – Política – 05/04/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/04/18; Folha de S. Paulo – Poder – 05/04/18; Folha – Mundo – 05/04/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 06/04/18; O Estado de S. Paulo – Política – 04/04/2018; O Estado de S. Paulo – Política – 05/04/18)

10- FAB auxiliou na realocação de 104 refugiados venezuelanos

Reportagens da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo* trataram sobre um acordo entre o Governo Federal e a Prefeitura de São Paulo que prevê a realocação de 300 refugiados venezuelanos que estavam no estado de Roraima. No dia 05/04/18, o primeiro grupo de 104 refugiados viajou da cidade de Boa Vista à cidade de São Paulo em um voo da Força Aérea Brasileira (FAB) e depois foram transportados pelo ônibus do Exército até os abrigos na cidade. O transporte de outros dois grupos de refugiados também será realizado por aviões da FAB. (O *Folha de S. Paulo – Cotidiano* – 06/04/18; *O Estado de S. Paulo – Metrópole* – 04/04/18; *O Estado de S. Paulo – Metrópole* – 06/04/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).